

ANEXO IV - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

ENSINO MÉDIO / MÉDIO TÉCNICO

LÍNGUA PORTUGUESA

PROGRAMA

Leitura e interpretação de textos. Tipologia textual e gêneros textuais. Ortografia e acentuação. Funções da linguagem. Recursos verbais, não verbais e multissemióticos. Denotação e conotação. Linguagens e sistemas de comunicação. Argumentação, opinião e informação. Figuras de linguagem. Conhecimentos linguísticos de acordo com a gramática tradicional: formação de palavras; seleção vocabular; classe de palavras; colocação pronominal; emprego de tempos e modos verbais; estruturação sintática e semântica dos termos na oração e das orações no período; emprego da regência nominal e verbal; emprego da concordância nominal e verbal; emprego dos sinais de pontuação e seus efeitos de sentido; grafia de palavras de acordo com o Novo Acordo Ortográfico.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernardete M. **Produção de texto**: interlocução e gêneros. São Paulo: Moderna, 2007.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. Disponível em: <http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>. Acesso em: 17 out. 2023.

AULETE. Dicionário Caldas Aulete. **@ulete digital**. Disponível em: <http://aulete.com.br/>. Acesso em: 17 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Manual de redação da Presidência da República**. Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos. Coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior *et al.* 3. ed. Brasília: Presidência da República, 2018. 189 p. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e Linguagem**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KOCH, I. G. V. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PRIBERAM. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. 2008-2023. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org>. Acesso em: 17 out. 2023.

INFORMÁTICA

PROGRAMA

1. Sistemas operacionais: conhecimentos do ambiente Windows 10: configurações básicas do Sistema Operacional (painel de controle); organização de pastas e arquivos; operações de

manipulação de pastas e arquivos (criar, copiar, mover, excluir e renomear). **2.** Editor de texto Microsoft Word 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; criação e manipulação de tabelas; inserção e formatação de gráficos e figuras; geração de mala direta. **3.** Planilha eletrônica Microsoft Excel 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; utilização de fórmulas; geração de gráficos; classificação e organização de dados. **4.** Software de apresentações PowerPoint 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão das apresentações. **5.** Segurança. Conceitos de segurança da informação. Classificação da informação, segurança física e segurança lógica. Análise e gerenciamento de riscos. Ameaça, tipos de ataques e vulnerabilidade. Ataques e proteções relativos a hardware, sistemas operacionais, aplicações, bancos de dados e redes. **6.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). **7.** Conhecimentos de internet: noções básicas; correio eletrônico (receber e enviar mensagens; anexos; catálogos de endereço; organização das mensagens); navegadores (Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge).

REFERÊNCIAS

CERT.BR. **Cartilha de Segurança para Internet**. Disponível em: <https://cartilha.cert.br/>. Acesso em: 17 out. 2023.

CONCEITOS. **Homepage**. Disponível em: <https://conceitos.com/>. Acesso em: 17 out. 2023.

GOV.BR. Brasil. Presidência da República. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/aceso-a-informacao/lgpd>. Acesso em: 17 out. 2023.

HOSTINGER. **Homepage**. Disponível em: <https://www.hostinger.com.br/>. Acesso em: 17 out. 2023.

GOOGLE. **Homepage**. Disponível em: www.google.com. Acesso em: 17 out. 2023.

MICROSOFT. **Ajuda do Google Chrome**. Disponível em: <https://support.google.com/chrome>. Acesso em: 17 out. 2023.

MICROSOFT. **Auxílio e aprendizado do Excel**. Disponível em: <https://support.office.com/pt-BR/Excel>. Acesso em: 17 out. 2023.

MICROSOFT. **Auxílio e aprendizado do Microsoft Edge**. Disponível em <https://support.microsoft.com/pt-br/microsoft-edge>. Acesso em: 17 out. 2023.

MICROSOFT. **Auxílio e aprendizado do PowerPoint**. Disponível em <https://support.office.com/pt-BR/PowerPoint>. Acesso em: 17 out. 2023.

MICROSOFT. **Auxílio e aprendizado do Word**. Disponível em: <https://support.office.com/pt-BR/Word>. Acesso em: 17 out. 2023.

MICROSOFT. **Bem-vindo ao Suporte da Microsoft**. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br>. Acesso em: 17 out. 2023.

MICROSOFT. **Firefox Suporte**. Disponível em: <https://support.mozilla.org/pt-BR/products/firefox>. Acesso em: 17 out. 2023.

TECHTUDO. **Homepage**. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/>. Acesso em: 17 out. 2023.

TECMUNDO. **Homepage**. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/>. Acesso em: 17 out. 2023.

SCIELO. **Homepage**. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 17 out. 2023.

SIGNIFICADOS. **Homepage**. Disponível em: <https://www.significados.com.br/>. Acesso em: 17 out. 2023.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

PROGRAMA

Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais e reais. Operações com números reais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação). Cálculo de porcentagem. Equação do 1º grau: resolução de problemas envolvendo equação. Sistemas lineares. Tratamento da informação: análise, leitura e interpretação de tabelas e gráficos. Noções de estatística. Medidas de tendência central. Proposições lógicas e inferências. Argumentação, equivalências, contradições e tautologias. Sequências e recorrências.

REFERÊNCIAS

BONJORNO, José Roberto; GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy; SOUSA, Paulo Roberto Câmara de. **Matemática Completa**. 1º ao 3º ano. 4. ed. São Paulo: FTD, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 17 out. 2023.

FILHO, Edgar de Alencar. **Iniciação à Lógica Matemática**. 21. ed. São Paulo: Nobel, 2017.

MORGADO, A. C.; CESAR, B. **Raciocínio lógico-quantitativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus / Elsevier, 2007.

PAIVA, Manoel Rodrigues. **Matemática**: Paiva. 1º ao 3º ano. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2010.

SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez. **Matemática para compreender o mundo**. v. 1 a 3. São Paulo: Saraiva, 2016.

ZANIN, Vagner Luis. **Raciocínio lógico e matemático**. Londrina-PR: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.

CONHECIMENTOS GERAIS

PROGRAMA

Atualidades e conhecimentos gerais do município de Juiz de Fora, do estado de Minas Gerais, e do Brasil, estabelecendo conexões com acontecimentos mundiais. Conhecimentos relativos a aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos, culturais e sociais do município de Juiz de Fora, do estado de Minas Gerais, e do Brasil.

REFERÊNCIAS

CIDADE-BRASIL. **Município de Juiz de Fora**. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-juiz-de-fora.html>. Acesso em: 18 out. 2023.

CIDADES DO MEU BRASIL. **Município de Juiz de Fora**. Disponível em: https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/mg/juiz_de_fora. Acesso em: 18 out. 2023.

FACEBOOK. **Perfil oficial da Prefeitura de Juiz de Fora**. Disponível em: <https://www.facebook.com/JuizdeForaPJF>. Acesso em: 18 out. 2023.

IBGE. **Município de Juiz de Fora**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/>. Acesso em: 18 out. 2023.

Imprensa escrita, falada, televisiva ou por internet.

INSTAGRAM. **Perfil oficial da Prefeitura de Juiz de Fora**. Disponível em: <https://www.instagram.com/prefeiturajuizdefora/>. Acesso em: 18 out. 2023.

INSTITUTO ESTRADA REAL. **Juiz de Fora**. Disponível em: <https://institutoestradareal.com.br/cidades/juiz-de-fora-mg/>. Acesso em: 18 out. 2023.

JUIZ DE FORA. Câmara Municipal de Juiz de Fora. **Sítio eletrônico oficial**. Disponível em: <https://www.camarajf.mg.gov.br/www/>. Acesso em: 18 out. 2023.

JUIZ DE FORA. Companhia Municipal de Habitação e Inclusão Produtiva de Juiz de Fora-EMCASA: **Sítio eletrônico oficial**. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/administracao_indireta/emcasa/. Acesso em: 18 out. 2023.

JUIZ DE FORA. Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. **Sítio eletrônico oficial**. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/>. Acesso em: 18 out. 2023.

Livros de História de Minas Gerais e do Brasil, e de Geografia de Minas Gerais e do Brasil (didáticos, ensaísticos ou científicos).

MINAS. Portal de informações turísticas Minas. **Juiz de Fora**. Disponível em: <https://www.minasgerais.com.br/pt/destinos/juiz-de-fora>. Acesso em: 18 out. 2023.

POUSO E PROSA. **Juiz de Fora**. Cidades. Disponível em: <https://www.pousoeprosa.com.br/publico/cidade/visualiza/220>. Acesso em: 18 out. 2023.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

PROGRAMA

Conhecimentos fundamentais de administração, conceitos, funções e aplicações. Coordenação, direção e controle. Supervisão, serviços de apoio. Organização empresarial. Organização do trabalho. Processos, conceitos e aplicações. Processos administrativos, conhecimentos fundamentais. Documentos, consulta, redação e normatizações. Expedientes, informativo, relatórios, ofícios, cadastros, requerimentos, parecer, cartas comerciais, circulares, atas, editais, estatutos, convites, protocolos, registros, atestados, solicitações, procurações, notificações, convocações, bilhetes, correio eletrônico, recibos e declarações. Arquivos, conceitos e práticas. Comunicação. Comunicação organizacional. Recursos multimídia. Comunicação web. Ferramentas administrativas, gráficos, planilhas, quadros, demonstrativos, mapas administrativos, organograma, fluxograma e tabelas. Conhecimentos de práticas comerciais, apresentação de produtos, negociação, relacionamento com o cliente. Pagamentos, rotinas, gerenciamento e prestação de contas. Demonstrativos. Conhecimentos fundamentais de atendimento ao público. Noções fundamentais de patrimônio e inventário. Compras institucionais. Compras públicas. Licitações e contratos na administração pública. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em: 17 out. 2023.

COSTA, Nelson Pereira da. **Documentos Empresariais**. Informações Complementares da Comunicação Empresarial. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2012.

ERGAFFONTE, Ayrton; RODRIGUES, Célia Regina. **Assistente Administrativo**. 9. ed. Campinas-SP: Komedi, 2009.

GUIMARÃES, Edgar *et al*; PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Manual de licitações e contratos administrativos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

LONGO, Gilson Luiz Palma. **Organização de empresas e técnicas comerciais**. São Paulo: Baraúna, 2011.

LOPES, Jhonny M. **Auxiliar e assistente administrativo com dicas práticas de Excel**. Joinville-SC: Clube de autores / FSC, 2011.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Introdução à Administração**. 8. ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 2011.

MEDEIROS, João Bosco. **Português Instrumental**: contém técnicas de elaboração de trabalhos de conclusão de curso. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**. Teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

PEGORINI, Diana Gurgel. **Redação e gestão de documentos**. Curitiba: Intersaberes, 2022.

PEREIRA, José Matias. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RIBEIRO, Osiris Mendes; LACOMBE, Francisco José Masset. **Gestão e Controle do patrimônio**. A contabilidade na prática. São Paulo: Saraiva, 2013.

SENAI. **Assistente Administrativo**. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. São Paulo: Editora SENAI-SP, 2014.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: TÉCNICO DE GESTÃO PÚBLICA (EDIFICAÇÕES)

PROGRAMA

1. Desenho técnico: tipos, formatos, dimensões e dobradura de papel; linhas utilizadas no desenho técnico, escalas; desenhos de plantas e cortes de edificações e componentes dos edifícios; leitura, interpretação e produção de desenhos de arquitetura, de estruturas, de fundações, de instalações prediais em geral e de topografia. **2.** Materiais de construção: características e propriedades dos materiais de construção; controle tecnológico dos materiais. **3.** Projeto, planejamento, gestão, execução e fiscalização de obras: organização de canteiros de obras; projeto, planejamento, gestão, execução, vistorias técnicas e fiscalização de obras de edificações, de estradas, de pavimentação e de construções em geral, inclusive de reformas; discriminação de serviços para construção de edifícios; quantificações de materiais e serviços, inclusive de reformas; inspeção predial; medições; orçamentos; processos de compra e de controle de materiais; licitações e contratos administrativos;

cronogramas; elaboração do “como construído” (*as built*) para edificações. **4.** Avaliação de bens: diretrizes para avaliação de bens, avaliação de imóveis urbanos, avaliação de imóveis rurais e seus componentes. **5.** Noções de segurança em obras e higiene do trabalho. **6.** Acessibilidade nas edificações. **7.** Saídas de emergência em edifícios. **8.** Segurança contra incêndios. Legislação estadual referente à segurança contra incêndio e pânico – Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais (circulares, decretos, instruções técnicas, leis e portarias). **9.** Parcelamento e uso do solo: ordenamento, uso e parcelamento do solo no município de Juiz de Fora. Estatuto da Cidade. Déficit habitacional no Brasil. Regularização fundiária urbana de interesse social. Lei nº 6.908, de 31 de maio de 1986 (Dispõe sobre o parcelamento do solo no Município de Juiz de Fora). Lei nº 6.910, de 31 de maio de 1986 (Dispõe sobre o ordenamento do uso e ocupação do solo do Município de Juiz de Fora). Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências). **10.** Código de obras e edificações no município de Juiz de Fora: Lei nº 6.909, de 31 de maio de 1986 (Dispõe sobre as edificações no Município de Juiz de Fora).

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 6118**. Projeto de estruturas de concreto.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 7211**. Agregados para concreto – Especificação.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 7678**. Segurança na execução de obras e serviços de construção.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 9050**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 9077**. Saídas de emergência em edifícios.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 14645**. Elaboração do "como construído" (*as built*) para edificações.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 14653**. Avaliação de bens, partes 1, 2 e 3.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 16280**. Reforma em edificações – Sistema de gestão de reformas – Requisitos.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 16747**. Inspeção predial – Diretrizes, conceitos, terminologia e procedimento.
- BAUER, L. A. F. **Materiais de Construção**.
- BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Biblioteca Digital**. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/182>. Acesso em: 14 nov. 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm. Acesso em: 8 nov. 2023.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Portal FJP. **Déficit Habitacional no Brasil**. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso em: 14 nov. 2023.
- JUIZ DE FORA. **Lei nº 6.908, de 31 de maio de 1986**. Dispõe sobre o parcelamento do solo no Município de Juiz de Fora.

JUIZ DE FORA. **Lei nº 6.909, de 31 de maio de 1986**. Dispõe sobre as edificações no Município de Juiz de Fora.

JUIZ DE FORA. **Lei nº 6.910, de 31 de maio de 1986**. Dispõe sobre o ordenamento do uso e ocupação do solo do Município de Juiz de Fora.

Legislação estadual referente à segurança contra incêndio e pânico – Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais (circulares, decretos, instruções técnicas, leis e portarias).

MATTOS, A. D. **Como Preparar Orçamento de Obras**. São Paulo: Pini.

RIBEIRO, C. C. **Materiais de Construção Civil**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

YAZIGI, W. **A Técnica de Edificar**. São Paulo: Pini.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: TÉCNICO DE GESTÃO PÚBLICA (GEOPROCESSAMENTO)

PROGRAMA

Cartografia e Geodesia: sistemas de coordenadas geográficas, sistemas de referência em geodesia, sistemas GNSS (Global Navigation Satellite System), projeções cartográficas, escala cartográfica, cartografia temática, representação de elementos espaciais, produção de cartas e plantas. Cadastro Territorial: conceitos de cadastro multifinalitário, cadastro rural e urbano, elementos cadastrais em um sistema de informações geográficas, zoneamento municipal urbano e rural. Sensoriamento Remoto e Fotografia Aérea: tipos de sensores, comportamento espectral, resoluções espacial, espectral, temporal e radiométrica, fusão de bandas, classificação de imagens, mosaico, ortofoto e modelo digital de terreno. Sistema de Informações Geográficas: elementos de um sistema de informações geográficas, geração de dados espaciais, georreferenciamento de dados, operações espaciais, análise multicritério, análise espacial em vetores, topologia, álgebra de mapas, produção e edição de mapas em ambiente SIG.

REFERÊNCIAS

CÂMARA, Gilberto; DAVIS, Clodoveu; Monteiro, Antonio Miguel Vieira. **Introdução à ciência da geoinformação**. São José dos Campos-SP: Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais, 2001.

CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia. **O Estatuto da Cidade**: comentado. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. 120p.

FITZ, Paulo Roberto. **Cartografia básica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 143 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Introdução ao ambiente SIG QGIS**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Noções Básicas de Cartografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. 127p.

JENSEN, John R. **Sensoriamento Remoto do Ambiente**: uma perspectiva em recursos terrestres. São José dos Campos-SP: Parêntese, 2009.

LOCH, Carlos; ERBA, Diego Afonso. **Cadastro técnico multifinalitário rural e urbano**. Cambridge-MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2007. 146 p.

LONGLEY, Paul; MAGUIRE, D. J.; GOODCHILD, Michael F.; RHIND, David W. **Sistemas e ciência da informação geográfica**. Porto Alegre: Bookman, 2013. 540 p.

ENSINO SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA

PROGRAMA

Leitura e interpretação de textos. Tipologia textual e gêneros textuais. Ortografia e acentuação. Coerência e coesão textual. Sinonímia, antonímia e polissemia. Funções da linguagem. Recursos verbais, não verbais e multissemióticos. Denotação e conotação. Linguagens e sistemas de comunicação. Argumentação, opinião e informação. Estratégias argumentativas. Figuras de linguagem. Conhecimentos linguísticos de acordo com a gramática tradicional: formação de palavras; seleção vocabular; classe de palavras; colocação pronominal; emprego de tempos e modos verbais; estruturação sintática e semântica dos termos na oração e das orações no período; emprego da regência nominal e verbal; emprego da concordância nominal e verbal; emprego dos sinais de pontuação e seus efeitos de sentido; grafia de palavras de acordo com o Novo Acordo Ortográfico.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernardete M. **Produção de texto: interlocução e gêneros**. São Paulo: Moderna, 2007.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. Disponível em: <http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>. Acesso em: 17 out. 2023.

AULETE. Dicionário Caldas Aulete. **@ulete digital**. Disponível em: <http://aulete.com.br/>. Acesso em: 17 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Manual de redação da Presidência da República**. Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos. Coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior *et al.* 3. ed. Brasília: Presidência da República, 2018. 189 p. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.

CEGALLA, Domingos Pachoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

CHALHUB, S. **Funções da linguagem**. 11. ed. São Paulo: Ática, 2002.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e Linguagem**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KOCH, I. G. V. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PRIBERAM. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. 2008-2023. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org>. Acesso em: 17 out. 2023.

INFORMÁTICA

PROGRAMA

1. Sistemas operacionais: conhecimentos do ambiente Windows 10: configurações básicas do Sistema Operacional (painel de controle); organização de pastas e arquivos; operações de manipulação de pastas e arquivos (criar, copiar, mover, excluir e renomear). **2.** Editor de texto Microsoft Word 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; criação e manipulação de tabelas; inserção e formatação de gráficos e figuras; geração de mala direta. **3.** Planilha eletrônica Microsoft Excel 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; utilização de fórmulas; geração de gráficos; classificação e organização de dados. **4.** Software de Apresentações PowerPoint 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão das apresentações. **5.** Segurança. Conceitos de segurança da informação. Classificação da informação, segurança física e segurança lógica. Análise e gerenciamento de riscos. Ameaça, tipos de ataques e vulnerabilidade. Ataques e proteções relativos a hardware, sistemas operacionais, aplicações, bancos de dados e redes. **6.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). **7.** Conhecimentos de internet: noções básicas; correio eletrônico (receber e enviar mensagens; anexos; catálogos de endereço; organização das mensagens); navegadores (Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge). **8.** Sistemas de Backup. Tipos de backup. Planos de contingência. Meios de armazenamento para backups. **9.** Cloud Computing: definição, tipos, características, vantagens e desvantagens.

REFERÊNCIAS

AMAZON. **Amazon Web Services**. Disponível em: <https://aws.amazon.com/>. Acesso em: 17 out. 2023.

CERT.BR. **Cartilha de Segurança para Internet**. Disponível em: <https://cartilha.cert.br/>. Acesso em: 17 out. 2023.

CONCEITOS. **Homepage**. Disponível em: <https://conceitos.com/>. Acesso em: 17 out. 2023.

GOV.BR. Brasil. Presidência da República. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/aceso-a-informacao/lgpd>. Acesso em: 17 out. 2023.

GOOGLE. **Homepage**. Disponível em: www.google.com. Acesso em: 17 out. 2023.

HOSTINGER. **Homepage**. Disponível em: <https://www.hostinger.com.br/>. Acesso em: 17 out. 2023.

INFO WESTER. **Homepage**. Disponível em: <https://www.infowester.com/>. Acesso em: 17 out. 2023.

MICROSOFT. **Ajuda do Google Chrome**. Disponível em: <https://support.google.com/chrome>. Acesso em: 17 out. 2023.

MICROSOFT. **Auxílio e aprendizado do Excel**. Disponível em: <https://support.office.com/pt-BR/Excel>. Acesso em: 17 out. 2023.

MICROSOFT. **Auxílio e aprendizado do Microsoft Edge**. Disponível em <https://support.microsoft.com/pt-br/microsoft-edge>. Acesso em: 17 out. 2023.

MICROSOFT. **Auxílio e aprendizado do PowerPoint**. Disponível em <https://support.office.com/pt-BR/PowerPoint>. Acesso em: 17 out. 2023.

MICROSOFT. **Auxílio e aprendizado do Word**. Disponível em: <https://support.office.com/pt-BR/Word>. Acesso em: 17 out. 2023.

MICROSOFT. **Bem-vindo ao Suporte da Microsoft.** Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br>. Acesso em: 17 out. 2023.

MICROSOFT. **Firefox Suporte.** Disponível em: <https://support.mozilla.org/pt-BR/products/firefox>. Acesso em: 17 out. 2023.

TECHTUDO. **Homepage.** Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/>. Acesso em: 17 out. 2023.

TECMUNDO. **Homepage.** Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/>. Acesso em: 17 out. 2023.

SCIELO. **Homepage.** Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 17 out. 2023.

SIGNIFICADOS. **Homepage.** Disponível em: <https://www.significados.com.br/>. Acesso em: 17 out. 2023.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

PROGRAMA

Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais e reais. Operações com números reais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação). Análise combinatória e problemas de contagem. Experimentos aleatórios. Cálculo de probabilidade. Tratamento da informação: análise, leitura e interpretação de tabelas e gráficos. Proposições lógicas e inferências. Argumentação, equivalências, contradições e tautologias. Princípio da casa dos pombos. Sequências e recorrências.

REFERÊNCIAS

BONJORNO, José Roberto; GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy; SOUSA, Paulo Roberto Câmara de. **Matemática Completa.** 1º ao 3º ano. 4. ed. São Paulo: FTD, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 17 out. 2023.

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática: contexto & aplicações.** Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Ática, 2016.

FILHO, Edgar de Alencar. **Iniciação à Lógica Matemática.** 21. ed. São Paulo: Nobel, 2017.

MORGADO, A. C.; CESAR, B. **Raciocínio lógico-quantitativo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Campus / Elsevier, 2007.

SOUZA, Joamir Roberto de; GARCIA, Jacqueline da Silva Ribeiro. **#Contato Matemática.** 1º ao 3º ano. São Paulo: FTD, 2016.

ZANIN, Vagner Luis. **Raciocínio lógico e matemático.** Londrina-PR: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.

CONHECIMENTOS GERAIS

PROGRAMA

Atualidades e conhecimentos gerais do município de Juiz de Fora, do estado de Minas Gerais, e do Brasil, estabelecendo conexões com acontecimentos mundiais. Conhecimentos relativos a aspectos

históricos, geográficos, políticos, econômicos, culturais e sociais do município de Juiz de Fora, do estado de Minas Gerais, e do Brasil.

REFERÊNCIAS

CIDADE-BRASIL. **Município de Juiz de Fora**. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-juiz-de-fora.html>. Acesso em: 18 out. 2023.

CIDADES DO MEU BRASIL. **Município de Juiz de Fora**. Disponível em: https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/mg/juiz_de_fora. Acesso em: 18 out. 2023.

FACEBOOK. **Perfil oficial da Prefeitura de Juiz de Fora**. Disponível em: <https://www.facebook.com/JuizdeForaPJF>. Acesso em: 18 out. 2023.

IBGE. **Município de Juiz de Fora**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/>. Acesso em: 18 out. 2023.

Imprensa escrita, falada, televisiva ou por internet.

INSTAGRAM. **Perfil oficial da Prefeitura de Juiz de Fora**. Disponível em: <https://www.instagram.com/prefeiturajuizdefora/>. Acesso em: 18 out. 2023.

INSTITUTO ESTRADA REAL. **Juiz de Fora**. Disponível em: <https://institutoestradareal.com.br/cidades/juiz-de-fora-mg/>. Acesso em: 18 out. 2023.

JUIZ DE FORA. Câmara Municipal de Juiz de Fora. **Sítio eletrônico oficial**. Disponível em: <https://www.camarajf.mg.gov.br/www/>. Acesso em: 18 out. 2023.

JUIZ DE FORA. Companhia Municipal de Habitação e Inclusão Produtiva de Juiz de Fora-EMCASA: **Sítio eletrônico oficial**. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/administracao_indireta/emcasa/. Acesso em: 18 out. 2023.

JUIZ DE FORA. Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. **Sítio eletrônico oficial**. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/>. Acesso em: 18 out. 2023.

Livros de História de Minas Gerais e do Brasil, e de Geografia de Minas Gerais e do Brasil (didáticos, ensaísticos ou científicos).

MINAS. Portal de informações turísticas Minas. **Juiz de Fora**. Disponível em: <https://www.minasgerais.com.br/pt/destinos/juiz-de-fora>. Acesso em: 18 out. 2023.

POUSO E PROSA. **Juiz de Fora**. Cidades. Disponível em: <https://www.pousoeprosa.com.br/publico/cidade/visualiza/220>. Acesso em: 18 out. 2023.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ADVOGADO

DIREITO CONSTITUCIONAL

PROGRAMA

Poder constituinte originário e derivado. Hermenêutica constitucional. Princípios fundamentais da Constituição. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. Direitos fundamentais individuais e coletivos na Constituição de 1988. Ações constitucionais: mandado de segurança, mandado de segurança coletivo, mandado de injunção, *habeas data*, ação popular, *habeas corpus*, reclamação constitucional. Direitos sociais. Direitos políticos. Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária

e dos Tribunais de Contas. Funções essenciais à justiça. Controle de constitucionalidade. Da ordem econômica e da ordem social.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. Salvador: JusPodivm.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva.

MARTINS, Flávio. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

PROGRAMA

Direito Administrativo: conceito, fontes, interpretação de regras do Direito Administrativo, sistema administrativo. Estado, Governo e Administração Pública. Atividade Administrativa. Regime jurídico administrativo. Princípios do Direito Administrativo. Organização administrativa da Administração Pública. Formas de prestação da atividade administrativa. Órgãos públicos. Administração direta. Administração indireta. Terceiro Setor: entes de cooperação, parcerias com o Poder Público. Poderes da Administração e dos administradores. Ato administrativo. Licitação e contratos administrativos. Responsabilidade civil do Estado. Bens públicos. Intervenção do Estado na propriedade. Agentes Públicos: conceito, classificação, organização funcional, regras constitucionais, direitos e deveres dos servidores estatutários. Serviços públicos: elementos definidores, princípios, classificação e delegação. Controle da Administração: controle administrativo, legislativo e judicial. Processo administrativo. Súmulas correlatas.

REFERÊNCIAS

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Atlas.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense.

MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva Educação.

DIREITO URBANÍSTICO

PROGRAMA

Política urbana: direito positivo, sentido, objetivos e competência. Diretrizes gerais da política urbana. Do solo urbano. Planejamento urbanístico. Instrumentos da política urbana. Parcelamento, edificação e utilização compulsórios. IPTU progressivo no tempo. Desapropriação urbanística sancionatória. Usucapião especial de imóvel urbano. Direito de superfície. Direito de preempção. Outorga onerosa do direito de construir. Operações urbanas consorciadas. Transferência do direito de construir. Estudo de impacto de vizinhança. Plano diretor. Gestão democrática da cidade. Concessão e autorização de uso especial. Ordenamento territorial, uso e ocupação do solo. Função social da propriedade urbana e rural. Funções sociais das cidades. Função Social da Propriedade Pública. Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001 e suas alterações posteriores). Regularização fundiária rural e urbana. Lei nº 13.465/2017 e suas alterações posteriores. Lei nº 14.620/2023 e suas

alterações posteriores. Direito de propriedade e o direito de construir. Direito registral imobiliário (Lei nº 6.015/73, Título V e suas alterações posteriores). Parcelamento do solo urbano (Lei Federal nº 6.766/79 e suas alterações posteriores). Lei Complementar Municipal nº 82, de 03 de julho de 2018 e suas alterações posteriores (Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano e Territorial, o Sistema Municipal de Planejamento do Território e a revisão do PDP/JF de Juiz de Fora, conforme o disposto na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade, e dá outras providências). Lei Municipal nº 6.908, de 31 de maio de 1986 e suas alterações posteriores (Dispõe sobre o parcelamento do solo no Município de Juiz de Fora). Lei Municipal nº 6.909, de 31 de maio de 1986 e suas alterações posteriores (Dispõe sobre as edificações no Município de Juiz de Fora). Lei Municipal nº 6.910, de 31 de maio de 1986 e suas alterações posteriores (Dispõe sobre o ordenamento do uso e ocupação do solo do Município de Juiz de Fora).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm. Acesso em: 8 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm. Acesso em: 8 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 8 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida [...] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14620.htm. Acesso em: 8 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana [...] e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm. Acesso em: 8 nov. 2023.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Comentários ao Estatuto da Cidade**. São Paulo: Atlas. Acesso em: 8 nov. 2023.

JUIZ DE FORA. **Lei Complementar nº 82, de 03 de julho de 2018**. Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano e Territorial, o Sistema Municipal de Planejamento do Território e a revisão do PDP/JF de Juiz de Fora conforme o disposto na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mg/j/juiz-de-fora/lei-complementar/2018/9/82/lei-complementar-n-82-2018-dispoe-sobre-a-politica-de-desenvolvimento-urbano-e-territorial-o-sistema-municipal-de-planejamento-do-territorio-e-a-revisao-do-pdp-jf-de-juiz-de-fora-conforme-o-disposto-na-constituicao-federal-e-no-estatuto-da-cidade-e-da-outras-providencias?q=82>. Acesso em: 8 nov. 2023.

JUIZ DE FORA. **Lei nº 6.908, de 31 de maio de 1986**. Dispõe sobre o parcelamento do solo no Município de Juiz de Fora. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mg/j/juiz-de-fora/lei->

ordinaria/1986/691/6908/lei-ordinaria-n-6908-1986-dispoe-sobre-o-parcelamento-do-solo-no-municipio-de-juiz-de-fora?q=6908. Acesso em: 8 nov. 2023.

JUIZ DE FORA. **Lei nº 6.909, de 31 de maio de 1986.** Dispõe sobre as edificações no Município de Juiz de Fora. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mg/j/juiz-de-fora/lei-ordinaria/1986/691/6909/lei-ordinaria-n-6909-1986-dispoe-sobre-as-edificacoes-no-municipio-de-juiz-de-fora?q=6909>. Acesso em: 8 nov. 2023.

JUIZ DE FORA. **Lei nº 6.910, de 31 de maio de 1986.** Dispõe sobre o ordenamento do uso e ocupação do solo do Município de Juiz de Fora. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mg/j/juiz-de-fora/lei-ordinaria/1986/691/6910/lei-ordinaria-n-6910-1986-dispoe-sobre-o-ordenamento-do-uso-e-ocupacao-do-solo-no-municipio-de-juiz-de-fora?q=6910>. Acesso em: 8 nov. 2023.

SILVA, José Afonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro.** São Paulo: Malheiros Editores.

DIREITO CIVIL

PROGRAMA

Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro. Direitos da personalidade. Da pessoa jurídica. Domicílio. Dos bens. Classificação, interpretação e elementos dos negócios jurídicos. Defeitos e invalidade dos negócios jurídicos. Ilícitos civis. Prescrição e decadência. Teoria geral das obrigações: elementos constitutivos, fontes, obrigação complexa, modalidades de obrigações. Transmissão das obrigações, adimplemento e extinção. Responsabilidade Civil: conceitos, responsabilidade subjetiva e objetiva, pressupostos e excludentes do dever de indenizar. Teoria Geral dos Contratos. Contratos em espécie. Direito das coisas e direitos reais: posse, propriedade, direitos de vizinhança, condomínio, direitos reais de fruição, direitos reais de garantia, direitos reais de aquisição. Da laje. Súmulas correlatas.

REFERÊNCIAS

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson; NETTO, Felipe Braga. **Manual de Direito Civil.** Salvador: Editora JusPodivm.

FIUZA, Cesar. **Direito Civil.** Curso completo. São Paulo: Revista dos Tribunais.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil.** Rio de Janeiro: Forense.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

PROGRAMA

Princípios informativos do Direito Processual. Normas fundamentais do Processo Civil. Aplicação das normas processuais. Espécies e funções do processo. Independência dos processos. Pressupostos processuais e a nulidade do processo. Condições da ação. Competência interna. Capacidade processual. Poderes e deveres das partes e seus procuradores. Sucessão das partes. Dos procuradores e de sua sucessão. Litisconsórcio e intervenção de terceiros. Solução alternativa de conflitos. Dos conciliadores e mediadores judiciais. Dos atos processuais. Formação, suspensão e extinção do processo. Procedimento comum. A propositura da ação, a distribuição da petição inicial e a instauração do processo. Petição Inicial. Indeferimento da petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Deferimento da petição inicial. Audiência de conciliação ou mediação. Respostas do réu.

Antecipação da tutela. Julgamento conforme o estado do processo. Saneamento. Audiência de instrução e julgamento. Teoria geral da prova e parte geral do direito probatório. Sentença, coisa julgada e liquidação de sentença. Recursos: princípios, pressupostos, efeitos, espécies. Da execução em geral. Dos embargos à execução. A Fazenda Pública como parte no processo. Lei de Execução Fiscal (Lei nº 6.830/80). Súmulas correlatas.

REFERÊNCIAS

DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria. **Curso de direito processual civil**. Salvador: Jus Podivm.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso didático de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Atlas.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. De acordo com a Lei 13.256 de 04.02.2016. Salvador: Editora JusPodivm.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ARQUITETO E URBANISTA

1. Projeto De Arquitetura e Paisagismo: teoria e prática do projeto arquitetônico, metodologia de projeto, partido arquitetônico e suas condicionantes, implantação e análise do terreno e do entorno, estudo de acessos, fluxos e circulações. Etapas do projeto. Desenvolvimento e detalhamento de projeto arquitetônico, elaboração de memorial descritivo e especificações técnicas. Projeto paisagístico. Conforto ambiental, iluminação e ventilação natural, insolação, luminotécnica, conforto acústico e térmico. Eficiência energética, conservação de energia e sustentabilidade. Acessibilidade em edifícios. Materiais de construção e sistemas construtivos. Norma de desempenho. **2.** Planejamento e Urbanismo: legislação ambiental e urbanística. Teoria da urbanização. Histórico do planejamento urbano. Planejamento físico e urbano com elaboração de planos diretores e recomendações de ocupação, manutenção e uso. Parcelamento de solo urbano. Projeto de implantação de infraestrutura de arruamento, equipamentos urbanos e sinalização viária. Terraplenagem. Topografia. Sistema cartográfico e geoprocessamento. Fiscalização das posturas urbanísticas. Requalificação Urbana. Desenvolvimento Sustentável. **3.** Política Habitacional: legislação federal e municipal relacionada à Política Habitacional e Habitação de Interesse Social. Regularização Fundiária. Avaliação de bens imóveis. Programa Minha Casa, Minha Vida. **4.** Coordenação e Gestão de Projetos: processo de projeto e sua gestão. Coordenação, gerenciamento e compatibilização de projetos arquitetônicos e complementares. Apoio técnico na elaboração do projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB. Estudo e avaliação de impactos ambientais e licenciamentos. Análise e verificação de projetos submetidos à aprovação, incluindo a emissão de pareceres técnicos. **5.** Licitação de Obras Públicas: elaboração do Termo de Referência e Projeto Básico. Licitações e contratos. Gestão e Fiscalização de Contratos. Responsabilidade fiscal de contrato. Rescisão contratual. **6.** Gerenciamento, Planejamento e Controle de Obras: planejamento, orçamento e composição de preços. Planilha orçamentária. Cronograma físico-financeiro. Curva “ABC”. Histograma de materiais. Histograma de pessoal. Acompanhamento de obras e medição de serviços. Análise e gerenciamento de contratos e acompanhamento de obras. Controle e garantia da qualidade na construção.

REFERÊNCIAS

ABBUD, Benedito. **Criando paisagens**: guia de trabalho em arquitetura paisagística. São Paulo: SENAC SP, 2006.

AMBROZEWICZ, P. H. L. **Materiais de construção**: normas, especificações, aplicação e ensaios de laboratório. São Paulo: Pini, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. **NBR 9.050**. Rio de Janeiro: ABNT, Versão corrigida 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Avaliação de bens – Imóveis rurais e seus componentes (Parte 3). **NBR 14.653**. Rio de Janeiro: ABNT, Versão corrigida 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Avaliação de bens – Imóveis urbanos (Parte 2). **NBR 14.653**. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Avaliação de bens – Procedimentos gerais (Parte 1). **NBR 14.653**. Rio de Janeiro: ABNT, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Documentação técnica para projetos arquitetônicos e urbanísticos - Requisitos. **NBR 6.492**. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Edificações habitacionais – Desempenho (Partes 1 a 6). **NBR 15.575**. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Decreto nº 9.310, de 15 de março de 2018**. Normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana e os procedimentos para avaliação e a alienação dos imóveis da União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9310.htm. Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964 e suas alterações**. Condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4591compilado.htm. Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e suas alterações**. Parcelamento do solo urbano. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm. Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008 e suas alterações**. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para projeto e a construção de habitação de interesse social. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm. Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas atualizações**. Licitações e contratos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023 e suas alterações**. Programa Minha Casa, Minha Vida. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14620.htm. Acesso em: 14 nov. 2023.

CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia. **O Estatuto da Cidade**: comentado. São Paulo: Aliança das Cidades, 2010. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/182>. Acesso em: 14 nov. 2023.

CARVALHO, Luiz Raymundo Freire de; PINI, Mário Sérgio. **Elementos de engenharia de custos**: desatando o nó para os agentes de obras públicas na formação do preço para construção civil. São Paulo: Pini, 2012.

CORBELLA, Oscar; YANNAS, Simos. **Em busca de uma arquitetura sustentável para os trópicos**: conforto ambiental. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

DE MARCO, C. S. **Elementos de Acústica Arquitetônica**. Nobel, 1990.

FROTA, Anésia Barros e SCHIFFER, Sueli Ramos. **Manual de conforto térmico**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

JUIZ DE FORA. Câmara Municipal. **Lei Complementar nº 82, de 03 de julho de 2018 e suas alterações**. Plano Diretor Participativo do Município de Juiz de Fora.

JUIZ DE FORA. Câmara Municipal. **Lei Ordinária nº 6.908, de 31 de maio de 1986 e suas alterações**. Parcelamento do solo no Município de Juiz de Fora.

JUIZ DE FORA. Câmara Municipal. **Lei Ordinária nº 6.909, de 31 de maio de 1986 e suas alterações**. Código de Obras do Município de Juiz de Fora.

JUIZ DE FORA. Câmara Municipal. **Lei Ordinária nº 6.910, de 31 de maio de 1986 e suas alterações**. Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Juiz de Fora.

JUIZ DE FORA. Câmara Municipal. **Lei Ordinária nº 9.214, de 03 de fevereiro de 1998 e suas alterações**. Critérios para compra de lotes através da Empresa Municipal de Habitação de Juiz de Fora - EMCASA.

JUIZ DE FORA. Câmara Municipal. **Lei Ordinária nº 14.321, de 23 de dezembro de 2021 e suas alterações**. Alteração da denominação e do objeto social da EMCASA S.A.

JUIZ DE FORA. Câmara Municipal. **Lei Ordinária nº 14.272, de 04 de novembro de 2021 e suas alterações**. Assistência técnica pública para habitação de interesse social no Município de Juiz de Fora.

JUIZ DE FORA. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 14.986, de 21 de janeiro de 2022**. Regulamenta a Lei 14.272/2021 e institui o Escritório Público de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social.

MELHADO, Silvio Burrattino. **Coordenação de projetos de edificações**. São Paulo: O Nome da Rosa, 2005.

MINAS GERAIS. **Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021.

MONTALVÃO, Elisamara Godoy. **Gestão de obras públicas**. Curitiba: Ibpex, 2009.

SARAPKA, Elaine Maria. **Desenho arquitetônico básico**. São Paulo: Pini, 2009.

SOUZA, Léa Cristina Lucas de; ALMEIDA, Manuela Guedes de; BRAGANÇA, Luís. **Bê-á-bá da acústica arquitetônica**: ouvindo a arquitetura. São Carlos: EDUFSCar, 2012.

THOMAZ, Ercio. **Tecnologia, gerenciamento e qualidade na construção**. São Paulo: Pini, 2001.

TISAKA, Maçahico. **Orçamento na construção civil**: consultoria, projeto e execução. São Paulo: Pini, 2006.

VENÂNCIO, Heliomar. **A arquitetura da construção**: um guia para a sua obra. Vitória: Zamboni Books, 2017.

YAZIGI, W. **A Técnica de Edificar**. São Paulo: Pini, 2009.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ASSISTENTE SOCIAL

PROGRAMA

Políticas públicas brasileiras; políticas urbanas brasileiras; programas habitacionais; legislação habitacional; Serviço Social e a questão urbana e habitacional; déficit habitacional no Brasil; Estatuto da Pessoa com Deficiência; Estatuto da Igualdade Racial; Código de Ética do Assistente Social; Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social; Questão Social e a problemática habitacional. Controle social e planejamento urbano participativo: o mapeamento dos problemas da cidade pelos seus diversos atores; comunicação e estratégias de mobilização social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 jun. 1993. Seção 1, p. 7973.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jun. 2005. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 jul. 2009. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 jul. 2017. Seção 1, p. 1.

BRUNA, Paulo. (2015). Habitação social no Brasil. **Estudos Avançados**, 29(83), pp. 317-326. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/105075>. Acesso em: 27 out. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. **Lei Complementar nº 82, de 03 de julho de 2018**. Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano e Territorial, o Sistema Municipal de Planejamento do Território e a revisão do PDP/JF de Juiz de Fora conforme o disposto na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade e dá outras providências. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/desenvolvimentodoterritorio/arquivos/2019/mapas_anexos_pdp/pdp_lc82_18_00.pdf. Acesso em: 27 out. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**. Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993, e suas alterações.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atuação de assistentes sociais na Política Urbana: subsídios para reflexão**. Brasília, DF (2016).

FREITAS, Leana Oliveira. Políticas públicas, descentralização e participação popular. **Revista Katálysis**, v. 18, p. 113-122, 2015.

PINTO, Marina Barbosa. Questão habitacional como expressão da questão social na sociedade brasileira. **Libertas**, v. 4, n. 1/2, 2004.

RIBEIRO, Edaléa Maria. A política de habitação popular no Brasil em tempos de globalização neoliberal. **III Jornada Internacional de Políticas Públicas Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI**, 2007.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: CONTADOR

PROGRAMA

Constituição Federal: Título VI – Capítulo II – Das Finanças Públicas – Seções I e II, inclusive. Título VIII – Seção II – Da saúde. Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto. Lei nº 4.320/1964. Lei Complementar nº 101/2000. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP. Orçamento Governamental: conceito, classificação, tipos, princípios orçamentários, ciclo orçamentário, elaboração do orçamento, exercício financeiro, orçamento por programas, diretrizes orçamentárias, programação financeira e transferências financeiras. Aprovação, execução, acompanhamento, fiscalização e avaliação do orçamento público. Plano Plurianual – PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; Lei Orçamentária Anual – LOA. Receita Pública: conceito; classificação; estágios; escrituração contábil. Dívida Ativa. Despesa pública: conceito; classificação, estágios, escrituração contábil. Restos a pagar: conceitos; sistemática; implicações após a Lei de Responsabilidade Fiscal. Dívida Pública: conceitos; sistemáticas; implicações após a Lei de Responsabilidade Fiscal. Regime de Adiantamento: conceito; finalidades; controle dos adiantamentos. Patrimônio Público: conceito; bens, direitos e obrigações das entidades públicas. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Subsistemas contábeis do setor público. Procedimentos contábeis orçamentários, patrimoniais e específicos. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. Análise das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público: análise e interpretação por meio de indicadores. Variações patrimoniais. Variações ativas e passivas. Consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Créditos Adicionais: conceito; classificação; autorização e abertura; vigência; indicação e especificação de recursos. Controle interno: conceitos; objetivos; implantação do Sistema de Controle Interno e metodologias existentes. Demonstrativos Fiscais:

Anexo de Riscos Fiscais, Anexo de Metas Fiscais, Relatório Resumido de Execução Orçamentária, Relatório de Gestão Fiscal. Lei nº 13.303/2016 (Lei de empresas públicas).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm 1988. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**: aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 9. ed. 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2019/26>. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)**: aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 13. ed. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/manuais/manual-de-demonstrativos-fiscais-mdf>. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria do Orçamento Federal. **Portaria Interministerial STN/SOF nº 163 de 04/05/2001**. Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/legislacao/legislacao/portaria-interm-163_2001_atualizada_2015_04jul2016_ultima-alteracao-2016-2.docx/view. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016**. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 18 out. 2023.

BRUNO, R. M. **Lei de Responsabilidade Fiscal e orçamento público municipal**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2007.

CARVALHO, D. CECCATO, M. **Manual Completo de Contabilidade Pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

CASTRO, D. P. **Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CHAVES, R. S. **Auditoria e controladoria no setor público**: fortalecimento dos controles internos – com jurisprudência do TCU. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP**. Disponível em: <http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>. Acesso em: 18 out. 2023.

CRUZ, Flavio da (coord.). **Lei de Responsabilidade Fiscal comentada**: lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DE LIMA, Diana Vaz *et al.* **Demonstrações Contábeis Municipais**: Teoria e prática. Brasília: CNM, 2023. Disponível em: https://www.cnm.org.br/storage/noticias/2023/Links/02082023_Livro_Demonstra%C3%A7%C3%B5es_Cont%C3%A1beis%20CNCM%20v1.pdf. Acesso em: 18 out. 2023.

JUND, S. **Auditoria**: conceitos, normas, técnicas e procedimentos. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

JUND, S. **Administração, Orçamento e Contabilidade Pública**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

KOHAMA, H. **Contabilidade pública**: teoria e prática. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

KOHAMA, H. **Balanços públicos**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ENGENHEIRO CIVIL

PROGRAMA

1. Desenho técnico: escalas; desenhos de plantas e cortes de edificações e componentes dos edifícios; leitura, interpretação e produção de desenhos de arquitetura, de estruturas, de fundações, de instalações prediais em geral e de topografia. **2. Materiais de construção**: características e propriedades dos materiais de construção; controle tecnológico dos materiais. **3. Tecnologia das construções**: locação de obra; escavações e contenções; fundações rasas e profundas; formas; produção, transporte, lançamento, adensamento e cura do concreto; estruturas de concreto, inclusive protendido; estruturas metálicas; estruturas de madeira; alvenarias, inclusive estruturais; revestimentos; pisos; sistemas de impermeabilização; coberturas; instalações hidráulicas e sanitárias. **4. Projeto, planejamento, gestão, execução e fiscalização de obras**: organização de canteiros de obras; projeto, planejamento, gestão, execução, vistorias técnicas e fiscalização de obras de edificações, de estradas, de pavimentação e de construções em geral, inclusive de reformas; discriminação de serviços para construção de edifícios; quantificações de materiais e serviços, inclusive de reformas; inspeção predial; medições; orçamentos; processos de compra e de controle de materiais; licitações e contratos administrativos; cronogramas; elaboração do "como construído" (*as built*) para edificações. **5. Avaliação de bens**: diretrizes para avaliação de bens, avaliação de imóveis urbanos, avaliação de imóveis rurais e seus componentes. **6. Manifestações patológicas das construções**: sintomas, mecanismos, causas, origens, consequências e tratamentos das deficiências das construções; sinistros na construção civil; recuperação e reforço estrutural. **7. Topografia**: equipamentos de topografia; levantamentos topográficos; desenho topográfico; cálculos topográficos. **8. Elementos de mecânica estrutural**: reconhecimento de tipos e de componentes das estruturas; tensão, deformação, propriedades mecânicas dos materiais, sistemas de carregamento. Pré-dimensionamento e dimensionamento estrutural. **9. Noções de segurança em obras e higiene do trabalho**. **10. Desempenho nas edificações habitacionais**. **11. Acessibilidade nas edificações**. **12. Saídas de emergência em edifícios**. **13. Segurança contra**

incêndios. **14.** Parcelamento e uso do solo: ordenamento, uso e parcelamento do solo no município de Juiz de Fora. Estatuto da Cidade. Déficit habitacional no Brasil. Lei nº 6.908, de 31 de maio de 1986 (Dispõe sobre o parcelamento do solo no Município de Juiz de Fora). Lei nº 6.910, de 31 de maio de 1986 (Dispõe sobre o ordenamento do uso e ocupação do solo do Município de Juiz de Fora). Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências). **15.** Código de obras e edificações no município de Juiz de Fora: Lei nº 6.909, de 31 de maio de 1986 (Dispõe sobre as edificações no Município de Juiz de Fora).

REFERÊNCIAS

ALONSO, U. R. **Exercícios de Fundações**. São Paulo: Blucher.

AMBROZEWICZ, P. H. L. **Materiais de Construção**. São Paulo: Pini.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 6118**. Projeto de estruturas de concreto.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 6122**. Projeto e execução de fundações.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 7190**. Projeto de estruturas de madeira.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 7211**. Agregados para concreto – Especificação.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 7678**. Segurança na execução de obras e serviços de construção.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 9050**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 9077**. Saídas de emergência em edifícios.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 12655**. Concreto de cimento Portland – Preparo, controle, recebimento e aceitação – Procedimento.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 12821**. Preparação de concreto em laboratório – Procedimento.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 13133**. Execução de levantamento topográfico.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 13281**. Argamassas inorgânicas – Requisitos e métodos de ensaios

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 14645**. Elaboração do "como construído" (*as built*) para edificações.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 14653**. Avaliação de bens, partes 1, 2 e 3.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 14931**. Execução de estruturas de concreto – Procedimento.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 15575**. Edificações Habitacionais – Desempenho.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 16280**. Reforma em edificações – Sistema de gestão de reformas – Requisitos.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 16747**. Inspeção predial – Diretrizes, conceitos, terminologia e procedimento.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 16868**. Alvenaria estrutural, partes 1, 2 e 3.

AZEREDO, H. A. **O Edifício até sua cobertura**. São Paulo: Blucher.

AZEREDO, H. A. **O Edifício e seu acabamento**. São Paulo: Blucher.

BAUER, L. A. F. **Materiais de Construção**. Rio de Janeiro: LTC.

BORGES, A. C. **Prática das Pequenas Construções**. São Paulo: Blucher.

BOTELHO, M. H. C. **Concreto Armado Eu te Amo**. São Paulo: Blucher.

BOTELHO, M. H. C. **Manual de Primeiros Socorros do Engenheiro e do Arquiteto**. São Paulo: Blucher.

BOTELHO, M. H. C. **Topografia aplicada à Engenharia Civil**. São Paulo: Blucher.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Biblioteca Digital**. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/182>. Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm. Acesso em: 8 nov. 2023.

CRIDER, H. **Instalações Hidráulicas e Sanitárias**. Rio de Janeiro: LTC.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Portal FJP. **Déficit Habitacional no Brasil**. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

HIBBELER, R.C. **Resistência dos Materiais**. São Paulo: Pearson.

JUIZ DE FORA. **Lei nº 6.908, de 31 de maio de 1986**. Dispõe sobre o parcelamento do solo no Município de Juiz de Fora.

JUIZ DE FORA. **Lei nº 6.909, de 31 de maio de 1986**. Dispõe sobre as edificações no Município de Juiz de Fora.

JUIZ DE FORA. **Lei nº 6.910, de 31 de maio de 1986**. Dispõe sobre o ordenamento do uso e ocupação do solo do Município de Juiz de Fora.

LEET, K. M. **Fundamentos da análise estrutural**. Porto Alegre: AMGH.

Legislação estadual referente à segurança contra incêndio e pânico – Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais (circulares, decretos, instruções técnicas, leis e portarias).

MARCELLI, M. **Sinistros na Construção Civil**. São Paulo: Pini.

MATTOS, A. D. **Como Preparar Orçamento de Obras**. São Paulo: Pini.

PFEIL, W. **Estruturas de Madeira**. Rio de Janeiro: LTC.

RAMALHO, M. A. **Projeto de edifícios de alvenaria estrutural**. São Paulo: Pini.

REBELLO, Y. C. P. **A Concepção Estrutural e a Arquitetura**. São Paulo: Zigurate.

REBELLO, Y. C.P. **Fundações**: guia prático de projeto, execução e dimensionamento. São Paulo: Zigurate.

RIBEIRO, C. C. **Materiais de Construção Civil**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

RIPPER, E. **Como evitar erros na construção civil**. São Paulo: Pini.

RIPPER, E. **Manual Prático de Materiais de Construção**. São Paulo: Pini.

RIPPER, T. **Patologia, Recuperação e Reforço de Estruturas de concreto**. São Paulo: Pini.

ROSSIGNOLO, J. A. **Concreto Leve Estrutural**. São Paulo: Pini.

SALGADO, J. **Técnicas e Práticas Construtivas para Edificação**. São Paulo: Érica.

THOMAS, E. **Trincas em Edifícios: causas, prevenção e recuperação**. São Paulo: Pini.

TUTIKIAN, B. F. **Concreto auto-adensável**. São Paulo: Pini.

TUTIKIAN, B. F. **Patologia de estruturas**. São Paulo: Ofitexto.

YAZIGI, W. A **Técnica de Edificar**. Editora Pini.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PREGOEIRO

PROGRAMA

Noções de Direito Administrativo

Princípios do Direito Administrativo. Administração Pública: conceito, finalidade, órgãos e agentes. Administração Pública direta e indireta. Lei das Estatais. Poderes Administrativos. Atos administrativos: conceitos, requisitos, atributos, classificação, espécies, motivação, revogação e anulação. Contratos administrativos: conceito, espécies, formalização alteração, execução. Inexecução, revisão e rescisão. Licitação: conceito, princípios, modalidades, dispensa e inexigibilidade, sanções penais. Lei de licitações e contratos administrativos. Recursos administrativos. Serviços públicos: conceito, classificação, delegação concessão, permissão e autorização. Servidores públicos. Regime jurídico. Organização do serviço público. Direitos, deveres e proibições do servidor público. Responsabilidade administrativa, civil e criminal do servidor público. Lei de Acesso à Informação. Bens públicos: conceito, classificação, aquisição, uso, alienação, imprescritibilidade, impenhorabilidade. Controle da Administração. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das privadas prestadoras de serviço público. Processo administrativo: processo e procedimento, princípios, fases e modalidades. Improbidade Administrativa. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Companhia Municipal de Habitação e Inclusão Produtiva – EMCASA. Súmulas, enunciados e informativos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Teses de repercussão geral e de recursos repetitivos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm 1988. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992**. Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º

do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016**. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em: 17 out. 2023. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 13.709/2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense.

JUIZ DE FORA. **Lei municipal nº 14.321/2021**. Dispõe sobre a alteração da denominação e do objeto social da EMCASA S.A., e dá outras providências.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros.

FABRÍCIO OLIVEIRA ZANOLI

Diretor Presidente

LAÍS FIGUEIREDO COHN

Diretora Administrativa Financeira